

A CONTRIBUIÇÃO DA DIRUR/IPEA NA AVALIAÇÃO DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO¹

Márcio Bruno Ribeiro²

SINOPSE

A partir de uma sistematização dos trabalhos realizados desde a segunda metade dos anos 2000 no âmbito da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea), este ensaio discute a contribuição desses textos no processo de avaliação dos fundos constitucionais de financiamento. A diversidade de trabalhos produzidos no período, publicados nas formas de *Textos para Discussão* e capítulos de livros, não apenas consolidou a temática como uma das principais linhas de pesquisa da diretoria, como permitiu a obtenção de um amplo diagnóstico, contemplando aspectos relativos à dinâmica da alocação no território, aos efeitos quantitativos em distintas escalas geográficas e à percepção dos agentes sobre a vinculação dos recursos a uma política de desenvolvimento regional. Os resultados obtidos podem ser utilizados como subsídios na busca pelo aumento da eficácia dos empréstimos, o que envolve uma distribuição mais equitativa, bem como maior integração com localidades, setores e tomadores menos favorecidos.

Palavras-chave: fundos constitucionais de financiamento; desenvolvimento regional; avaliação de políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

Em um cenário de maior atenção à questão das desigualdades regionais brasileiras e de busca pela sua redução, os fundos constitucionais de financiamento (FCFs), formados por Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), foram inicialmente previstos na Constituição Federal de 1988 (CF/1988) e posteriormente instituídos pela Lei nº 7.827/1989. Seus recursos têm como fonte principal o percentual de 3% das arrecadações do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), sendo repassados ao Banco da Amazônia (Basa), ao Banco do Nordeste (BNB) e ao Banco do Brasil (BB) para o financiamento de atividades produtivas locais, com ênfase em micro e pequenos produtores. Em comparação ao mercado de crédito bancário, os empréstimos

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua30art8>

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea).

dos fundos constitucionais são concedidos em condições mais favoráveis aos tomadores (em termos de juros, prazos e carência), com a previsão normativa de estarem em consonância com os planos regionais de desenvolvimento.

Embora a Lei nº 7.827/1989 tenha buscado garantir a destinação continuada de uma parcela de recursos para o financiamento da política regional, preservando-a de possíveis restrições conjunturais de natureza fiscal e/ou monetária, o montante de empréstimos dos fundos constitucionais pode ser considerado insuficiente ante o grande desafio de redução das desigualdades regionais pelo incremento das estruturas produtivas locais. Segundo os dados divulgados pelos três bancos operadores, esse montante foi de R\$ 481,7 bilhões entre 2000-2019, a preços desse último ano, o que correspondeu a 1,5% do produto interno bruto (PIB) das três regiões no período. Ainda assim, devido ao alto potencial de alcance dos seus recursos no território, podendo atingir mais de 2.800 municípios em quatro regiões geográficas, e sendo uma parte considerável dessas localidades caracterizadas por uma baixa renda *per capita*, a investigação dos efeitos econômicos dos empréstimos dos fundos constitucionais pode ser considerada como tema relevante dentro da avaliação das políticas públicas.

Nesse contexto, a Dirur/Ipea tem atuado na avaliação das alocações e dos efeitos dos empréstimos concedidos pelos fundos constitucionais desde a segunda metade dos anos 2000. A diversidade de trabalhos produzidos no período, publicados nas formas de textos para discussão e capítulos de livros, não apenas consolidou a temática como uma das principais linhas de pesquisa da diretoria, como têm apresentado diagnósticos complementares e constantemente aprimorados, com capacidade de contribuir para o aperfeiçoamento dos instrumentos de financiamento da política regional.

Um breve relato sobre a evolução dos trabalhos realizados, as distintas metodologias de avaliação utilizadas e os principais resultados encontrados é apresentada neste ensaio.

2 CRONOLOGIA E CONTEXTUALIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS TRABALHOS

Os primeiros trabalhos produzidos na diretoria ocorreram no âmbito de um convênio entre o Ministério da Integração Nacional (MI), a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec) e o Ipea. Em Almeida, Silva e Resende (2006), buscou-se analisar as alocações dos recursos dos três fundos por estados e municípios entre 1994 e 2004, a fim de verificar se os empréstimos estariam sendo direcionados para as localidades relativamente mais carentes. Já os trabalhos de Silva, Resende e Silveira Neto (2006; 2007) buscaram por evidências empíricas no âmbito das empresas formalizadas, o que foi possibilitado pelo cruzamento das bases de dados dos empréstimos dos três fundos com as informações sobre as empresas tomadoras presentes na base Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Assim, esses dois últimos trabalhos avaliaram os possíveis impactos dos financiamentos tomados em 2000 sobre as variações nos valores dos salários médios e no número de empregados entre 2000 e 2003.

Os trabalhos realizados nos anos seguintes tiveram como principal diretriz a avaliação quantitativa dos impactos dos fundos constitucionais utilizando distintas escalas de análise (firmas, municípios, microrregiões, mesorregiões), pois não existiria uma única dimensão capaz de sintetizar a dinâmica regional de forma mais precisa. Seguindo essa diretriz, Resende (2012) realizou avaliações econométricas quanto aos efeitos econômicos dos financiamentos do FNE-industrial³ concedidos em 2000 no estado do Ceará. O trabalho combinou análises

3. Consiste na modalidade de empréstimos do FNE destinados às empresas dos setores da indústria, do comércio e dos serviços.

das empresas formalizadas e dos municípios, onde foram investigados possíveis impactos sobre o crescimento do número de empregos, do salário médio e do PIB *per capita* nos períodos 2000-2003 e 2000-2006.

Na busca por uma melhor compreensão dos efeitos ao longo do território nacional, três trabalhos subsequentes ampliaram a abordagem multiescalar para os níveis das micro e mesorregiões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de investigarem os efeitos de empréstimos totais e setoriais de cada um dos fundos concedidos entre 2004 e 2010. Esse período compreendeu a instituição formal da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), em 2007, com avanços obtidos em termos da maior disponibilidade de recursos para empréstimos nos três fundos, aprimoramento institucional e legal da política, e reconhecimento da importância dos processos de monitoramento e avaliação dos instrumentos financeiros. Nessa direção, os trabalhos de Resende (2014a; 2014b) e Resende, Cravo e Pires (2014) avaliaram os impactos do FNE, do FNO e do FCO, respectivamente, sobre o crescimento anual médio do PIB *per capita* nas escalas municipal, micro e mesorregional.

Uma nova parceria técnica estabelecida com o MI em 2013 resultou na produção de estudos com abordagens inéditas e complementares quanto à avaliação dos fundos constitucionais. O trabalho de Resende, Silva e Silva Filho (2015) investigou os efeitos dos empréstimos concedidos pelos três fundos entre 1999 e 2011, incorporando nos modelos econométricos utilizados a possibilidade de captar possíveis transbordamentos espaciais desses efeitos sobre o crescimento dos municípios e microrregiões vizinhos. Além disso, o trabalho ainda avaliou possíveis diferenciações dos impactos dos financiamentos quanto ao grau de desenvolvimento das localidades. Em contrapartida, os trabalhos de Macedo (2017), Sampaio (2017) e Pires (2017) analisaram as dinâmicas das alocações dos financiamentos do FNE, FNO e FCO, respectivamente, de 1995 a 2012, além de desagregações desses recursos segundo os setores da atividade econômica, o porte dos tomadores e a tipologia PNDR das localidades.

Também no âmbito da parceria com o MI, dois trabalhos realizaram avaliações qualitativas da PNDR e de seus instrumentos financeiros, a partir de entrevistas com tomadores de empréstimos dos fundos constitucionais, gerentes das agências bancárias que operam os recursos e atores relacionados com a promoção do desenvolvimento no âmbito municipal. Essas entrevistas foram realizadas em dezoito municípios localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, durante setembro de 2014 e junho de 2015. O trabalho de Neto *et al.* (2017) buscou levantar um grande conjunto de informações de forma a captar as percepções de tomadores e gerentes sobre: i) a motivação dos empresários para a tomada dos recursos dos fundos constitucionais; ii) os maiores entraves para a realização das operações e para o desenvolvimento dos negócios; iii) os mercados e os fornecedores dos empresários; iv) os fatores da inadimplência; e v) o papel dos governos federal e local. De modo complementar, o trabalho de Magalhães *et al.* (2017) buscou coletar informações sobre a percepção dos secretários municipais quanto: i) aos entraves ao desenvolvimento local e as potencialidades dos municípios; e ii) as políticas federais de desenvolvimento regional executadas nos municípios e seus impactos.

Os trabalhos realizados recentemente na diretoria tiveram um caráter territorial mais específico, buscando relacionar as diferenças dos volumes de empréstimos do FCO entre municípios e regiões geográficas imediatas do IBGE com distintos padrões espaciais e condições socioeconômicas. Buscou-se incorporar nas análises a influência das heterogeneidades locais, com a construção de agrupamentos espaciais a partir de um conjunto de indicadores quantitativos de natureza econômica e social. Dentro dessa abordagem,

Pires *et al.* (2022), Pires, Quaglio e Vasconcellos (2022) e Pires, Quaglio e Portugal (2022) avaliaram os desembolsos do FCO entre 2002 e 2018 nas localidades de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, respectivamente.

3 METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO UTILIZADAS NOS TRABALHOS

Os trabalhos realizados utilizaram tanto métodos de avaliação menos complexos e mais diretos, como no caso das análises das dinâmicas das alocações dos empréstimos por localidades, setor econômico e porte do tomador,⁴ como métodos econométricos que permitem estimar os efeitos causais sobre empregos e salários nas empresas e sobre o crescimento econômico nas distintas escalas regionais.

Os trabalhos que avaliaram empiricamente os efeitos dos empréstimos das empresas formalizadas (Silva, Resende e Silveira Neto, 2006; 2007) utilizaram como instrumento o método do pareamento por escore de propensão.⁵ Sob duas hipóteses, essa técnica permite uma comparação factível do desempenho médio entre agentes econômicos beneficiados ou não por uma política, quando não for possível observar um mesmo grupo de agentes na situação ideal de beneficiados e não beneficiados simultaneamente. Assim, para o emprego do método, foi inicialmente selecionado na base da Rais um grupo de empresas não financiadas que se mostraram similares ao grupo das financiadas com relação a quatro variáveis observáveis: i) escolaridade média dos empregados; ii) idade média dos empregados; iii) ramo da atividade principal da empresa; e iv) estado da Federação onde está localizada. Em seguida, a partir da comparação entre as variações dos valores dos salários médios e do número de empregados nos dois grupos de empresas, foi possível estimar de forma consistente os impactos sobre aquelas que receberam empréstimos dos fundos constitucionais.

Em contrapartida, os estudos empíricos relacionados a municípios, micro e mesorregiões utilizaram como metodologia de análise algumas variações do modelo de dados em painel, que permitiram investigar se os financiamentos dos fundos constitucionais estiveram entre os determinantes do crescimento médio do PIB *per capita* daquelas localidades ao longo dos distintos períodos temporais considerados. Na investigação sobre os efeitos do FNE-industrial nos municípios do estado do Ceará, Resende (2012) empregou o modelo de dados em painel em primeiras diferenças, permitindo eliminar da análise os possíveis efeitos de variáveis não observáveis que são fixas no tempo e poderiam viesar as estimativas. Já os trabalhos de Resende (2014a; 2014b) e Resende, Cravo e Pires (2014), referentes aos impactos dos empréstimos de cada um dos fundos nas três escalas regionais, utilizaram modelos de dados em painel com efeitos fixos, de forma a ter controle sobre os referidos efeitos. Em Resende, Silva e Silva Filho (2015) foi incorporado nos modelos com efeito fixo a possibilidade de captar o transbordamento espacial dos efeitos dos empréstimos para unidades vizinhas.

Cabe também mencionar a metodologia utilizada nas avaliações mais recentes sobre o FCO. Na busca pela maior compreensão dos distintos padrões espaciais dos municípios e regiões imediatas de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e da evolução dos empréstimos do FCO e do PIB *per capita* nessas regiões de 2002 a 2018, Pires *et al.* (2022), Pires, Quaglio e Vasconcellos (2022) e Pires, Quaglio e Portugal (2022) combinaram uma perspectiva qualitativa e quantitativa. A primeira abordagem, em sua vertente histórico-estrutural, permitiu elencar os principais elementos que determinaram as distintas

4. Nesse grupo, estão os trabalhos de Almeida, Silva e Resende (2006), Macedo (2017), Sampaio (2017) e Pires (2017).

5. Também conhecido na literatura técnica pelo seu nome em inglês (*propensity score matching*) ou pela sigla PSM. A principal referência na literatura é o trabalho de Rosenbaum e Rubin (1983).

estruturas produtivas locais. Na abordagem quantitativa, os agrupamentos espaciais foram determinados a partir de um conjunto de indicadores sobre acessibilidade geográfica, urbanização, concentração fundiária, distribuição espacial das agências bancárias, vulnerabilidade social e intensidade tecnológica.

4 PRINCIPAIS RESULTADOS DOS TRABALHOS

O quadro 1 apresenta de forma sintética os principais resultados dos trabalhos.

QUADRO 1

Síntese dos trabalhos e dos principais resultados

Trabalho	Tipo de análise	Principais resultados
Almeida, Silva e Resende (2006)	Dinâmicas das alocações dos empréstimos dos fundos constitucionais no período 1994-2004 por estados e municípios.	Os empréstimos respondem mais às demandas das localidades mais desenvolvidas do que ao objetivo de redução das desigualdades intrarregionais.
Silva, Resende e Silveira Neto (2006)	Avaliação do impacto dos empréstimos do FNE e do FNO (tomados em 1995 e 2000, respectivamente) em relação às empresas formalizadas.	Impactos positivos sobre a taxa de variação do número de empregados, com maior magnitude no caso das micro e pequenas empresas.
Silva, Resende e Silveira Neto (2007)	Avaliação do impacto dos empréstimos dos fundos constitucionais tomados em 2000 em relação às empresas formalizadas.	Impactos positivos sobre a taxa de variação do número de empregados apenas no caso do FNE, com maior magnitude no caso das micro e pequenas empresas.
Resende (2012)	Avaliações dos efeitos dos empréstimos do FNE-industrial concedidos em 2000 para as empresas formalizadas e os municípios do estado do Ceará.	Impactos positivos sobre o crescimento do número de empregados das empresas e sobre o crescimento do PIB <i>per capita</i> dos municípios cearenses.
Resende (2014a)	Avaliações dos efeitos dos empréstimos do FNE (total e desagregado por setores da atividade econômica) concedidos entre 2004 e 2010 a municípios, microrregiões e mesorregiões.	Impactos positivos sobre o crescimento anual médio do PIB <i>per capita</i> dos municípios e microrregiões, com maior influência dos empréstimos do FNE destinados ao setor agropecuário.
Resende, Cravo e Pires (2014)	Avaliações dos efeitos dos empréstimos do FCO (total e desagregado por modalidades) concedidos entre 2004 e 2010 a municípios, microrregiões e mesorregiões.	Impactos positivos sobre o crescimento anual médio do PIB <i>per capita</i> apenas no âmbito municipal.
Resende (2014b)	Avaliações dos efeitos dos empréstimos do FNO (total e desagregado por setores da atividade econômica) concedidos entre 2004 e 2010 a municípios, microrregiões e mesorregiões.	Impactos positivos sobre o crescimento anual médio do PIB <i>per capita</i> apenas no âmbito municipal.
Resende, Silva e Silva Filho (2015)	Avaliações dos efeitos dos empréstimos dos fundos constitucionais concedidos de 1999 a 2011 a municípios e microrregiões; possibilidades de transbordamento espacial dos efeitos.	FNE: i) efeitos diretos positivos sobre o crescimento do PIB <i>per capita</i> nos municípios classificados como dinâmicos e estagnados, além de impactos positivos nas vizinhanças dos municípios dinâmicos e de baixa renda; ii) efeitos diretos positivos nas microrregiões dinâmicas e de baixa renda, e efeitos negativos nas vizinhanças das microrregiões de alta renda; e iii) efeitos diretos negativos nos municípios e nas microrregiões de alta renda. FNO: efeito direto positivo no crescimento do PIB <i>per capita</i> dos municípios de tipologia dinâmica.
Macedo (2017)	Dinâmica da alocação dos empréstimos do FNE no período 1995-2012 segundo o porte dos tomadores, os setores da atividade e o tamanho populacional dos municípios.	1) Aumento dos valores totais dos empréstimos. 2) Redução da participação dos micro e pequenos tomadores no total dos valores contratados. 3) Redução da participação da agropecuária no total dos valores contratados. 4) Crescimento da concentração dos recursos contratados nos municípios de porte médio, de 6,5% para 21,3% do total entre os dois períodos.

(Continua)

(Continuação)

Trabalho	Tipo de análise	Principais resultados
Sampaio (2017)	Dinâmica da alocação dos empréstimos do FNO no período 1995-2012 segundo o porte dos tomadores, o tamanho populacional e a tipologia das localidades.	1) Redução dos valores dos desembolsos destinados aos médios e grandes produtores a partir da vigência da PNDR. 2) Concentração dos desembolsos nas cidades de pequeno porte. 3) As regiões classificadas como estagnadas captaram a maior parcela dos empréstimos.
Pires (2017)	Dinâmica da alocação dos empréstimos do FCO no período 1995-2012 segundo as Unidades Federativas (UFs), as linhas de financiamento, o porte dos tomadores e a tipologia das localidades.	1) Maior parte dos financiamentos destinados às atividades voltadas ao setor rural. 2) Os empréstimos foram destinados prioritariamente aos micro e pequenos produtores. 3) Maior concentração dos recursos nas microrregiões estagnadas e de alta renda.
Neto <i>et al.</i> (2017)	Avaliação qualitativa da PNDR e dos seus instrumentos financeiros a partir dos resultados de entrevistas com tomadores de empréstimos e operadores dos recursos.	1) Os tomadores consideram que os empréstimos dos fundos apresentam custos mais baixos e melhores condições de pagamento, mas não os relacionam com a política de desenvolvimento regional. 2) Os gerentes citaram o despreparo dos micro e pequenos empresários entre os principais entraves para a realização das operações.
Magalhães <i>et al.</i> (2017)	Avaliação qualitativa da PNDR e dos seus instrumentos financeiros a partir dos resultados de entrevistas com secretários municipais.	1) A escassez de recursos de financiamento e as deficiências na infraestrutura de transporte e de energia estão entre os maiores entraves ao desenvolvimento local. 2) Turismo e indústria são os setores com maior potencial para o desenvolvimento local. 3) Não há uma percepção clara sobre a atuação do MI, das superintendências regionais e dos bancos BNB e Basa.
Pires <i>et al.</i> (2022)	Compreensão dos distintos padrões espaciais dos municípios e regiões imediatas de Goiás e da evolução dos empréstimos do FCO e do PIB <i>per capita</i> entre 2002 e 2018.	Concentração dos empréstimos do FCO nas regiões imediatas com padrão integrado à modernização produtiva, localizadas no Sul e Sudeste do estado.
Pires, Quaglio e Vasconcellos (2022)	Compreensão dos distintos padrões espaciais dos municípios e regiões imediatas de Mato Grosso e da evolução dos empréstimos do FCO e do PIB <i>per capita</i> entre 2002 e 2018.	Os recursos do FCO reforçaram estruturas produtivas de regiões imediatas que mantêm laços estreitos com elos das cadeias produtivas nacionais e internacionais.
Pires, Quaglio e Portugal (2022)	Compreensão dos distintos padrões espaciais dos municípios e regiões imediatas de Mato Grosso do Sul e da evolução dos empréstimos do FCO e do PIB <i>per capita</i> entre 2002 e 2018.	Os recursos do FCO podem estar reforçando estruturas produtivas modernas, mas com limites para o transbordamento na região imediata. Em contrapartida, em regiões imediatas com indicadores estruturais menos favoráveis, há condições potenciais de dinamização de suas economias e quebra das estruturas do subdesenvolvimento.

Elaboração do autor.

O quadro permite elencar as principais evidências sobre as alocações e os efeitos dos empréstimos dos fundos constitucionais encontradas nos trabalhos revisados, que podem ser enumeradas conforme a seguir.

- 1) A utilização dos recursos tem sido determinada pelo lado demanda (Almeida, Silva e Resende, 2006), a partir da percepção individual e autônoma dos empresários locais sobre as melhores condições de empréstimo (Neto *et al.*, 2017).
- 2) Os empréstimos do FNE concedidos em 2000 impactaram positivamente a taxa de variação do número de empregados nas empresas formalizadas. Contudo, não impactaram os salários médios dessas empresas (Silva, Resende e Silveira Neto, 2006; 2007; Resende, 2012).

- 3) Os empréstimos concedidos no período de 2004 a 2010 afetaram positivamente o crescimento do PIB *per capita* dos municípios. Apenas os empréstimos do FNE impactaram o crescimento das microrregiões (Resende, 2014a; 2014b; Resende, Cravo e Pires, 2014).
- 4) Os empréstimos do FNE concedidos no período de 1999 a 2011 impactaram positivamente o crescimento do PIB *per capita* dos municípios de tipologias dinâmica e estagnada, e das microrregiões dinâmicas e de baixa renda. Além disso, afetaram positivamente o crescimento de municípios vizinhos às localidades dinâmicas e de baixa renda (Resende, Silva e Silva Filho, 2015).
- 5) O volume de empréstimos aumentou de forma significativa ao longo do período 1995-2012. Contudo, na comparação entre os três fundos, a alocação dos recursos do FNE seguiu muito mais uma lógica de mercado do que os preceitos de uma política regional explícita (Macedo, 2017; Sampaio, 2017; Pires, 2017).
- 6) Desconhecimento, por parte de empresários, gerentes bancários e agentes promotores locais, do aparato institucional de uma política nacional de desenvolvimento regional que pudesse estar orientando a aplicação dos recursos dos FCFs (Neto *et al.*, 2017; Magalhães *et al.*, 2017).
- 7) Concentração dos empréstimos do FCO nas regiões imediatas de maior dinamismo econômico, caracterizadas pela modernização produtiva e pela inserção em cadeias produtivas nacionais e internacionais. Contudo, há um potencial do FCO para a indução de transformações nas regiões imediatas caracterizadas por baixa incorporação de progresso técnico nas estruturas produtivas (Pires *et al.*, 2022; Pires, Quaglio e Vasconcellos, 2022; Pires, Quaglio e Portugal, 2022).

5 CONCLUSÕES

Os trabalhos realizados pela Dirur/Ipea permitiram a obtenção de um amplo diagnóstico sobre os empréstimos dos fundos constitucionais, contemplando aspectos relativos à dinâmica da alocação no território, aos efeitos quantitativos em distintas escalas geográficas e à percepção dos agentes sobre a vinculação dos recursos a uma política de desenvolvimento regional. Os resultados obtidos podem ser utilizados como subsídios na busca pelo aumento da eficácia dos empréstimos, o que envolveria sua distribuição mais equitativa, bem como maior integração com localidades, setores e tomadores menos favorecidos.

Os futuros trabalhos podem avançar em aspectos ainda pouco investigados sobre o tema, como a complexa governança envolvendo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, superintendências de desenvolvimento regional e bancos operadores, ou quanto ao desalinhamento ainda existente entre os objetivos da política regional e os mecanismos de incentivo dos agentes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M.; SILVA, A. da; RESENDE, G. **Uma análise dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO)**. Brasília: Ipea, 2006. (Texto para Discussão, n. 1206).
- MACEDO, F. Diagnóstico do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). *In*: RESENDE, G. (Ed.). **Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**. Brasília: Ipea, 2017. v. 3, p. 83-132.

MAGALHÃES, J. *et al.* Avaliação qualitativa da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e de seus instrumentos explícitos: uma percepção dos atores locais. *In*: RESENDE, G. (Ed.). **Avaliação de políticas públicas no Brasil**: uma análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Brasília: Ipea, 2017. v. 3, p. 237-262.

NETO, A. *et al.* Avaliação qualitativa da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e de seus instrumentos explícitos: uma percepção dos beneficiários e bancos operadores. *In*: RESENDE, G. (Ed.). **Avaliação de políticas públicas no Brasil**: uma análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Brasília: Ipea, 2017. v. 3, p. 189-236.

PIRES, M. Diagnóstico do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). *In*: RESENDE, G. (Ed.). **Avaliação de políticas públicas no Brasil**: uma análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Brasília: Ipea, 2017. v. 3, p. 155-188.

PIRES, M. *et al.* **Avaliação do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) do estado de Goiás**: ensaio metodológico. Brasília: Ipea, 2022. (Texto para Discussão, n. 2730).

PIRES, M.; QUAGLIO, G.; PORTUGAL, R. **Alcances, limites e avanços do Fundo Constitucional do Centro-Oeste**: uma análise espaço-estrutural das regiões imediatas do estado de Mato Grosso do Sul. Brasília: Ipea, 2022. (Texto para Discussão, n. 2803).

PIRES, M.; QUAGLIO, G.; VASCONCELLOS, R. **A metamorfose do capital em Mato Grosso**: heterogeneidades e perspectivas sobre o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) nas regiões imediatas. Brasília: Ipea, 2022. (Texto para Discussão, n. 2790).

RESENDE, G. **Micro e macroimpactos de políticas de desenvolvimento regional**: o caso dos empréstimos do FNE-Industrial no estado do Ceará. Brasília: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, n. 1777).

_____. **Avaliação dos impactos econômicos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste entre 2004 e 2010**. Brasília: Ipea, 2014a. (Texto para Discussão, n. 1918).

_____. **Avaliação dos impactos regionais do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte entre 2004 e 2010**. Brasília: Ipea, 2014b. (Texto para Discussão, n. 1973).

_____. (Org.). **Avaliação de políticas públicas no Brasil**: uma análise de seus impactos regionais. Rio de Janeiro: Ipea, 2014c. v. 1. 342 p.

_____. (Org.). **Avaliação de políticas públicas no Brasil**: uma análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Brasília: Ipea, 2017. v. 3. 411 p.

RESENDE, G.; CRAVO, T.; PIRES, M. **Avaliação dos impactos econômicos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) entre 2004 e 2010**. Brasília: Ipea, 2014. (Texto para Discussão, n. 1969).

RESENDE, G.; SILVA, D. da; SILVA FILHO, L. da. **Avaliação dos efeitos econômicos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste**: uma análise por tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional entre 1999 e 2011. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2145).

ROSENBAUM, P.; RUBIN, D. The central role of the propensity score in observational studies for causal effects. **Biometrika**, v. 70, n. 1, p. 41-50, 1983.

SAMPAIO, D. Diagnóstico do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). *In*: RESENDE, G. (Ed.). **Avaliação de políticas públicas no Brasil**: uma análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Brasília: Ipea, 2017. v. 3, p. 133-154.

SILVA, A. da; RESENDE, G.; SILVEIRA NETO, R. **Avaliação econômica dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO)**. Brasília: Ipea, 2006. (Texto para Discussão, n. 1207).

_____. **Eficácia do gasto público**: uma avaliação do FNE, FNO e FCO. Brasília: Ipea, 2007. (Texto para Discussão, n. 1259).

